

# O corporativismo na construção do discurso da Revista Light (1928-1940)

Corporatism in the construction of Light Magazine discourse (1928-1940)

Guilherme Fernandes Reis das Chagas\*

## Resumo

A proposta do presente artigo é compreender a participação de alguns intelectuais brasileiros, especialmente Azevedo Amaral, na construção do discursivo relativo a alguns pressupostos do corporativismo, como harmonia e cooperação entre os trabalhadores, presentes nas páginas da Revista Light (1928-1940). A Revista era destinada e distribuída gratuitamente aos empregados da empresa, que tinha sua sede no Rio de Janeiro, mas possuía uma rede de mais de vinte mil funcionários espalhados para além da capital federal. Entre outras intenções, ela imprimia um canal de diálogo e discurso interno na formação do protótipo de trabalhador ideal.

Palavras-chave: Corporativismo; intelectuais; Revista Light

## Abstract

The purpose of this article is to understand the participation of some Brazilian intellectuals, especially Azevedo Amaral, in the construction of the discourse on some assumptions of corporatism, such as harmony and cooperation among workers, present in the pages of Light Magazine (1928-1940). The magazine was destined and distributed free of charge to employees of the company, which had its headquarters in Rio de Janeiro, but had a network of over twenty thousand employees spread beyond the federal capital. Among other intentions, it established a channel of dialogue and internal discourse in the formation of the ideal worker prototype.

Keyword: Corporatism; intellectuals; Light Magazine

\* Graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).  
Mestrando em História Social pela Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP

## Introdução

Não há novidade em declarar, por conseguinte, que a primeira fase da vossa ilustre Instituição decorreu à margem das atividades gerais, enquanto o Estado, a administração, a sociedade civil evoluíam e se transformavam. Só no terceiro decênio deste século operou-se a simbiose necessária entre homens de pensamento e de ação. (VARGAS, 1943, p. 223)

O trecho acima faz parte da posse de Getúlio Vargas como membro da ABL em dezembro de 1943 e representa a sua compreensão do novo papel do intelectual brasileiro. Como o próprio Vargas afirma positivamente no mesmo discurso, esse espaço não é mais restrito aos romancistas e poetas, mas cada vez mais as profissões liberais, aos juristas, historiadores, políticos e até industriais. Este, o intelectual, tem a missão de não apenas compreender socialmente o Brasil, mas como aponta Vargas, desenvolver uma “espécie de judicatura sobre a vida mental do País” (VARGAS, 1943, p. 236). A partir de 1930, ele se tornaria também um homem de ação, um ser político que deveria “comunicar-se com o público com precisão e clareza, explicando ideias e problemas nacionais, esforçando-se por fazer-se ouvir e compreender.” (VARGAS, 1943, p. 221). Sua figura passa a ser não somente do intérprete prestigiado e autorizado, mas aquele que tem a incumbência de unir o governo e o povo, ou seja, uma relação estreita de consonância com o Estado (VELLOSO, 2003, p. 155). Nesse sentido, o intelectual não é somente apenas aquele que compreende a realidade nacional, mas também o que busca explicar de modo acessível as transformações do país para a sociedade. Essa consolidação do “lugar do intelectual” é claramente percebida após o fortalecimento do Estado Novo e visivelmente defendido na revista *Cultura Política* (1941-1945) que tinha como propósito difundir as perspectivas ideológicas do regime; apenas o intelectual, com suas qualidades específicas, poderia exercer a função social e política de explicitar o espírito nacional para a sociedade (GOMES, 1996, p. 138-139).

Azevedo Amaral, um dos interlocutores e ideólogos mais ativos do governo Vargas, em seu clássico *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional* publicado em 1938, apresenta claramente dois pontos importantes nesta perspectiva: a relação entre o governo e o empreendimento privado, e, especialmente, o papel que o intelectual passa a ter naquilo que ele chama de “Estado democrático do tipo autoritário”. Sem nos aprofundarmos no primeiro ponto, segundo Amaral, o Estado tem um papel fundamental na coordenação da planificação econômica, e não numa ação exclusivamente concentradora, típica de regimes totalitários, algo que ele se esforça arduamente para afastar da realidade do regime varguista. Nas palavras do próprio autor, essa planificação “é submeter as atividades produtoras ao ritmo determinado pelas necessidades de consumo e por conveniência particulares da coletividade social” (AMARAL, 1938, p. 137). Para isso, o Estado tem um papel harmônico com as entidades privadas, ou seja, uma cooperação mútua para solução dos problemas nacionais (AMARAL, 1938, p. 139-140).

A defesa desse estreitamento entre o Estado e a produção privada é notório no periódico mensal produzido pela empresa Light The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power. A Revista Light (1928-1940), distribuída de forma gratuita para os seus mais de dezoito mil empregados, buscou abordar vários elementos do cotidiano de suas fábricas no Brasil: aniversários e aposentadorias dos funcionários; elogio aos operários que se destacavam pelo bom cumprimento do trabalho; eventos festivos e esportivos; crônicas e contos literários; orientações de comportamento dos pedestres por conta dos bondes e até mesmo artigos de intelectuais e figuras públicas que, além de frequentarem as páginas no periódico, também cotidianamente visitavam as oficinas e escritórios, principalmente políticos e técnicos do Ministério do Trabalho. Ao longo de seus números encontramos saudações às novidades estatais, especialmente as constantes visitas de seus atores: representantes do exército, vereadores, deputados e ministros. O próprio Getúlio Vargas, que após visitar a inauguração da Usina Ribeirão das Lages, da Light, em dezembro de 1936, é destaque exclusivo de duas edições posteriores. Em todas essas abordagens temáticas, dois eixos aparecem com mais recorrência de forma direta ou indireta: a valorização do bom trabalhador e o enaltecimento da harmonia entre os operários – entre eles e com seus chefes - como elemento primordial para o desenvolvimento da empresa e do país.

A construção de um corpo discursivo, como estratégia de persuasão da valorização da harmonia e da compreensão do papel do trabalhador como parte fundamental de um corpo orgânico único, precisava de mediadores que buscassem dialogar com os trabalhadores. O discurso de Lindolfo Collor, nomeado para o novo Ministério do Trabalho, no Rotary Club do Rio de Janeiro em dezembro de 1930, apresentava as novas diretrizes do Estado:

É tempo já de substituímos ao velho e negativo conflito de luta de classes, o conceito novo, construtor e orgânico de colaboração de classes. A Nova República brasileira, propõe-se a dar expressão legal e real a essas novas diretrizes sociais. A luta das classes encontra as suas origens em condições retrogradadas que nós refugamos por absurdas e atentatórias da própria dignidade do Estado. Tanto o capital como o trabalho merecem e terão o amparo e a proteção do governo. As forças reacionárias do capital e as tendências subversivas do operariado são igualmente nocivas à Pátria e não podem contar com o beneplácito dos poderes públicos. Capital e trabalho, no Brasil, têm uma função brasileira a cumprir, e essa função se há de realizar dentro dos mais rigorosos ditames da justiça.

A regularização jurídica das relações entre o capital e o trabalho, obedecerá, pois, entre nós, ao conceito fundamental da colaboração de classes. Não há nenhuma classe, seja proletária, seja capitalística, que possa pretender que os seus interesses valham mais do que os interesses da comunhão social. O Brasil primeiro, depois os interesses de classes. (COLLOR apud CARONE, 1970, p. 223)

O trecho da fala do ministro Lindolfo Collor nos ajuda a compreender algumas novas questões que começam a tomar a cena na esfera pública: a nova relação que o Estado procurará ter com os empregadores e empregados. Alguns termos como “regularização jurídica”,

“comunhão social”, “colaboração de classes”, ou palavras como “amparo”, “proteção”, surgem como estruturantes no discurso do Ministro.

O empresariado da Light inclui propositalmente o trabalhador como o sujeito determinante no encadeamento orgânico da estrutura corporativa, sendo não mais simples coadjuvante do corpo social, mas peça fundamental da produção do ideário desenvolvimentista. O trabalhador deixa de ser um mero produtor e passa ser o homem indispensável para a constituição social saudável, o próprio núcleo que sustenta a ordem do organismo, contextualizado com o fortalecimento da nação; a ordem e progresso, tão alentados pelos discursos, são apenas exequíveis com o comprometimento do trabalhador, sua disciplina e dedicação, como aponta Mr. Barton, presidente do complexo das oficinas Light do Rio de Janeiro, a Cidade Light:

Lançando a eficiência, os operários corresponderam ao que a Companhia faz por eles, pois, aqui a nossa maior preocupação é o homem.

Quer agora saber o segredo do nosso êxito? Está na disciplina e na Cooperação. A disciplina aqui é perfeita. Cada um sabe o que tem a fazer e como deve agir e ninguém infringe as regras estabelecidas e indispensáveis para a marcha normal do trabalho e vida agradável para todos. Por isso há ordem e o trabalho anda.

A cooperação é também absoluta e todas as secções trabalham em harmonia, conjugando os seus esforços, para o melhor resultado do trabalho. Por isso, o trabalho é eficiente e realizamos na “Cidade-Light” uma obra útil. (Revista Light, 09/1932, p. 11.)

A harmonia e a ordem, consequências da disciplina, permeiam as relações de trabalho, fortalecendo a dinâmica dos poderes atuantes que detém o domínio do discurso. A aproximação do discurso do chefe da Cidade Light com a do ministro Lindolfo Collor e do próprio Getúlio Vargas, aponta que o empresariado está preocupado em manter-se na sua posição social de burguesia urbana e preservar seus interesses (ARAUJO, 1994, p. 117) Há uma convergência entre o discurso do empresariado e o discurso do Estado na defesa da questão social, como relembra Ângela Maria Carneiro de Araújo:

A burguesia urbana não ficou indiferente ao discurso e às propostas corporativistas. A literatura que trata do comportamento desta classe social na década de 30, mostra que no tocante à intervenção do Estado na questão social há uma mudança sensível na tônica do seu discurso que passa a admitir a necessidade da legislação social e paulatinamente a reconhecê-la como instrumento de promoções dos seus próprios interesses. (ARAUJO, 1994, p. 118)

A Revista Light, em consonância com essas novas abordagens do Estado, também traz a questão social como um princípio a ser idealizado para seus trabalhadores. Segundo o Diretor Geral do Departamento Nacional do Trabalho, Custódio de Viveiros, que visita as oficinas da Light no Rio de Janeiro em julho de 1934, a Light era um exemplo de organização na aplicação das leis trabalhistas mesmo com dezenas de milhares de trabalhadores. Afinal, a Light teria

conseguido, segundo ele, transplantar para o operário a mesma consciência de seus deveres, como em um jogo de xadrez:

A unidade não se perde no aluvião de algarismos e nomes. No tabuleiro de xadrez.(...) Todos se movem de acordo com as normas estabelecidas; pião só pula uma casa, o bispo anda em diagonal; a torre na horizontal...Não há erro ou omissão porque os homens que assumiram a responsabilidade do trabalho tem consciência de seus deveres e convicção.

Vim da Light satisfeito, porque trouxe a convicção de que os 17.000 homens da sua empresa me darão sempre menos trabalho do que os 17 cidadãos que constituem uma fábrica de tamanco... (Revista Light, 07/1936, p.10).

Não é estranho que Azevedo Amaral tenha sido uma figura presente em várias edições da revista; além de materializar a relação harmônica entre o Estado varguista e a Light, ele também fundamenta o papel do intelectual para além do saber erudito. Esse é o segundo ponto estrutural para compreender a construção discursiva da revista e o papel do intelectual. Segundo Amaral, a expressão do livre pensamento deve ser baseada no critério direto a aquilo que ele considera como elevação intelectual, nas palavras do próprio autor:

Finalmente, completando esse critério prático, pode-se admitir como postulado fundamental na matéria que o exercício da liberdade de exprimir o pensamento por qualquer forma deve ser diretamente proporcional à elevação intelectual e ao grau de apuro cultural da forma dada ao pensamento expresso. (AMARAL, 1938, p.155).

Ou seja, cabe ao intelectual o papel de autoridade do conhecimento, capaz de traduzir pedagogicamente ao povo as complexidades inacessíveis a estes, passivos e sem autorização cultural para serem enunciadores. O Estado, especialmente por intermédio do intelectual, é não somente o orientador da formação mental e moral da sociedade, mas também aquele que deve inculcar seus aspectos ideológicos, como afirma Amaral:

E, se o Estado tem como uma das suas atribuições mais importantes orientar a formação mental e moral elementos componentes da coletividade, e isto não apenas na restrita acepção pedagógica da função educadora, mas no sentido da plasmagem de uma consciência cívica caracterizada pela identificação com a ideologia do regime, é claro que o papel reservado à elite espiritual da Nação e em tais circunstâncias de inexcedível relevância (AMARAL, 1938, p.156).

Como salientou Monica Pimenta Velloso ao analisar o papel dos intelectuais na construção da nacionalidade no Estado Novo, estes estariam autorizados para serem seus intérpretes da nação, especialmente na figura de Amaral, que compreende a sociedade como carente, incapaz e imatura em escolher seu próprio destino; o intelectual passa a ser o intermediário do Estado na construção de mecanismos de persuasão ideológica, fundamentais para a prosperidade do regime (VELLOSO, 2003, p. 156-157). Nesse sentido, Azevedo Amaral entende o Estado autoritário como fundamental para condução do país ao desenvolvimento pelo

processo da harmonia das classes sociais. Segundo o intelectual, a democracia liberal e o sufrágio universal não haviam trazido a liberdade almejada, mas pelo contrário, tinham criado uma maquinaria partidária onde a ação individual era inconcebível; no caso do Brasil, no seu entender, essa incompatibilidade era ainda maior e precisava ser superada, como se lê abaixo:

No dia em que tiverem dissipado completamente do nosso espírito as últimas névoas formadas pela ilusão democrático-liberal, sentiremos acanhamento, senão positiva vergonha, a lembrarmos que assistimos, durante tantas dezenas de anos, ao grotesco funcionamento de um simulacro de sistema representativo, tão alheio às nossas realidades nacionais, que não sabíamos sequer executar fielmente a imitação das suas exterioridades. (AMARAL, 1938, p.32).

Assim como Azevedo Amaral, outros pensadores brasileiros do período buscavam um regime adaptado à realidade nacional: um Estado autoritário onde os interesses privados e particularistas se submetessem aos interesses da nação. O projeto dos intelectuais do período, como aponta Ângela Maria Carneiro Araújo, estava voltado para a reorganização e capacidade da hegemonia do Estado. Esse novo tipo de corporativismo brasileiro não apenas pretendia eliminar as lutas políticas e construir uma unidade harmônica por meio de um Estado corporativista de caráter autoritário, mas também incluir as classes emergentes, especialmente a nova burguesia industrial e, de forma controlada, os trabalhadores (ARAÚJO, 2002, p. 34).

Esse artigo propõe indicar as construções discursivas criadas inclusive por alguns desses intelectuais, especialmente Azevedo Amaral, na Revista Light como um canal de alinhamento dos pressupostos ideológicos vigentes na esfera do Estado. A composição do discurso é justamente o lugar em que podemos observar a relação entre língua e ideologia, compreendendo como aquela produz sentidos por e para os sujeitos (ORLANDI, 2009, p. 17). Nesse sentido:

Em suma, a Análise do Discurso visa a compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos, como ele está investido de significância para e por sujeitos. Essa compreensão, por sua vez, implica em explicitar como o texto organiza os gestos de interpretação que relacionam sujeito e sentido (ORLANDI, 2009, p.26-27).

A construção discursiva não é muitas vezes dado explicitamente e deve ser também entendido como uma relação entre emissor e receptor, ambos realizam um processo de significação, e não apenas numa transmissão linear. As condições de produção do discurso são fundamentais para a análise do próprio discurso; o contexto cria os efeitos de sentidos, seus elementos que derivam de uma forma de sociedade que carrega experiências passadas que afetam como os sujeitos significam (ORLANDI, 2009, p. 31). Por fim, a formação discursiva, organizada pelo empresariado da Light, transpõe a simples manipulação ou domínio objetivo dos acontecimentos; ela é uma produção histórico social do poder, elaborada nas relações de força com grupos consonantes e antagônicos.

## **A Revista Light e o corporativismo**

O modelo corporativista e seus desdobramentos históricos foram extensamente debatidos na historiografia (PINTO, 2016). O corporativismo como discurso ideológico se fortaleceu e foi mais durável nas ditaduras, especialmente durante as primeiras décadas do século XX, na instrumentalização política dos interesses organizados na esfera do Estado (GARRIDO, 2016, p.395-396). Para Álvaro Garrido, por mais que se admita a plasticidade do conceito, o corporativismo enquanto categoria histórica auxiliou efetivamente o controle social e engajou a inibição política do conflito entre capital e trabalho (GARRIDO, 2016, p. 393).

No caso brasileiro, havia na década de 1930 um anseio pela implementação da indústria nacional e, para isso, era necessário criar um consenso corporativista aparente, como afirma Valéria Marques Lobo (LOBO, 2016, p. 539). O período entre guerras foi propício para que as ideologias autoritárias prosperassem, se contrapondo à oligarquia liberal brasileira, considerada responsável pelos problemas nacionais (VISCARDI, 2016, p. 200). O discurso autoritário inspirou algumas lideranças e intelectuais brasileiros, que se apropriaram e adaptaram seus elementos à realidade nacional naquelas circunstâncias. Como aponta Cláudia Maria Ribeiro Viscardi, esses discursos autoritários “ganhariam expressão ao longo dos anos 30, em vários eventos, peças jurídicas, na literatura e na produção intelectual em geral. As propostas corporativistas lhes serviriam de corolário.” (VISCARDI, 2016, p. 201) Outros dois fatores foram fundamentais para a solidificação do projeto corporativo como prática política brasileira: a introdução de um modelo sindical administrado diretamente pelo Estado, iniciado pela criação da Lei de Sindicalização de 1931; e, principalmente, a construção de um discurso homogêneo e processual que aglutinasse especialmente os trabalhadores não sindicalizados, organizado e mediado pelos interlocutores do Estado e do empresariado. Além do controle repressivo, acentuado na configuração do Estado Novo de 1937, era fundamental uma proposta persuasiva de adesão dos trabalhadores ao projeto corporativista; uma amortização do conflito de classes.

No presente artigo, nos interessa principalmente a construção discursiva de uma harmonia entre os empregadores e empregados; a relação de ajustes entre os interesses distintos. É imprescindível levar como base as concepções positivistas que foram determinantes não apenas na trajetória de Vargas como político mesmo antes de 1930, mas na prática de concessões de direitos sociais aos trabalhadores, fundamentais para ordem e união das classes. A conciliação entre os grupos divergentes, considerados naturalmente desiguais, é um dos fundamentos da escola positivista e tem no Estado o papel de mediador; o único capaz de regulamentar o trabalho e promover a cooperação entre as classes (CAPELATO, 2009, p. 182).

Esse processo não foi somente impositivo ou construído de modo coercitivo; a integração dos trabalhadores e a incorporação de seus interesses, conseqüentemente, foi também uma relação de aceitação; uma compreensão dos ganhos da classe trabalhadora e os direitos

adquiridos, preocupados com a manutenção das vantagens dos arranjos corporativos (GOMES, 1996, p. 83). Nesse sentido ficava ao encargo do Estado e seus intermediários, os intelectuais, a transmissão clara e compreensível dos benefícios do projeto corporativista a quem mais interessava: os trabalhadores. O intelectual teve um papel fundamental neste processo, amparado e alinhado politicamente pelo Estado, tinha como função auxiliar a cooperação na administração dos problemas nacionais e na busca de soluções concretas. (GOMES, 1996, p. 138).

Como ressaltaram Ângela de Castro Gomes (GOMES, 1996) e Maria Helena Rolim Capelato, no contexto do Estado Novo a relação entre o indivíduo e o Estado se caracterizou por meio do trabalho e pela posse de seus direitos sociais; a cidadania se forma nesta nova dinâmica (CAPELATO, 2009, p. 178). O papel dos meios de comunicação foi fundamental para solidificar e legitimar as práticas do Estado e, especialmente, conquistar a adesão dos trabalhadores. Para isso era necessário evidenciar de modo exaustivo os novos direitos sociais pouco conhecidos aos trabalhadores. Esse desconhecimento se deu também, como apontam as autoras, porque os direitos não tiveram resultado diretamente nas lutas operárias, mas no âmbito do Estado, por isso era necessário a este a divulgação de forma clara e massiva (CAPELATO, 2009, p. 78-79). Entretanto, é importante mencionar a importância das lutas operárias já no início da Primeira República no processo de formação da classe trabalhadora. As greves de 1917 no Rio de Janeiro, Porto Alegre, Recife e São Paulo são um bom exemplo. Essas paralisações tinham em comum a busca pela diminuição da jornada de trabalho para oito horas, o fim do trabalho de crianças, a diminuição do pagamento dos aluguéis, aumento de salários, a segurança do trabalho, mas também a necessidade da ação do Estado e empregadores em colocar a questão social e do trabalho como elementos centrais (TOLEDO, 2017, p. 507). Esse período, segundo Edilene Teresinha Toledo, foi fundamental não apenas para consolidar o momento operário no Brasil, mas especialmente na construção dos trabalhadores como sujeitos políticos que passam a ser reconhecidos na Primeira República (TOLEDO, 2017, p. 515). Ao final da década de 1920 já existia uma grande experiência de organização política dos trabalhadores, estava “disseminada por diferentes apelos políticos, toda uma ética valorativa do trabalho e do trabalhador” (GOMES, 2005, p. 30) É na construção ideológica do próprio Estado varguista, principalmente no início de 1940, que se consolida um discurso no apagamento do protagonismo dos trabalhadores antes de 1930 (GOMES, 2005, p. 27)

O texto intitulado “O verdadeiro espírito corporativo” de Azevedo Amaral, de maio de 1936 da Revista Light é essencial para a compreensão do modelo corporativista. Essa foi uma edição comemorativa, pois a revista chegara ao centésimo número. Amaral expõe de maneira clara suas considerações sobre a proposta corporativista nas relações de trabalho; compreende que a Light, especialmente pelo grande número de empregados nos mais variados postos, é um exemplo de “solidariedade moral, que transforma as relações hierárquicas e disciplinares em um ajustamento suave de colaboração espontânea” (Revista Light, 05/1936, p. 17). Para Amaral, o

principal ponto fraco da indústria moderna seria a ausência da solidariedade entre seus empregados e a falta de coesão moral. O espírito corporativo das indústrias devia se inspirar nas organizações militares: assim como o soldado se orgulha do seu regimento e reconhece para com ele seus deveres militares, o operário também tem como objetivo defender o prestígio da entidade industrial e combater os excessos da impaciência individual. Esse processo deve ser percebido pelo próprio operariado, “conscientes do valor da sua contribuição individual, para a obra comum”, mas também pela coordenação da direção e das esferas administrativas.

Esse discurso da harmonia e solidariedade na Revista Light, não é exclusivo de Azevedo Amaral. No começo de outubro de 1935, aconteceu uma conferência de Erverado Backheuser, referência intelectual do período, para os operários da empresa. Backheuser compreende uma crise generalizada no mundo, pois, os interesses privados, do indivíduo, grupo ou classe, se sobrepunham ao bem-estar coletivo. A solução seria uma compreensão nítida entre o braço e o capital, entre o esforço operário e a inteligência que o coordena. Para fundamentar e ilustrar para os ouvintes da palestra, Backheuser cria a metáfora das raízes e das sementes:

Não se pode orgulhar o tronco das suas raízes, quando estas provêm das sementes, como a semente não se deve imaginar superior as raízes, quando estas são o ponto de partida da sua pujança, da sua vitalidade através a folha e o fruto. Aí está, numa imagem linda, a filosofia social de todos os tempos. (Revista Light, 10/1935, p. 15)

Para os dois intelectuais, tanto Azevedo Amaral, quanto Erverado Backheuser, as práticas da Light e seu complexo industrial de convivência operária, conhecida como Cidade Light, são modelos para as demais empresas brasileiras, pois segue alguns requisitos fundamentais para o ambiente harmônico. Além do espírito de justiça da direção da empresa e de sua tradição na formação técnica dos operários, há dois pontos primordiais pontuados pelos autores: a garantia de proteção e direitos para os operários e o incentivo a sociabilidade (atividades recreativas e práticas esportivas), ou seja, os benefícios que a empresa proporciona aos trabalhadores.

É frequente ao longo das edições da revista a exposição das práticas sociais dentro do espaço de trabalho: equipes esportivas das mais variadas modalidades, festas de carnaval, o as práticas do escotismo, importante e constante no periódico, mas principalmente, os direitos adquiridos: assistência médica ao operário e seus filhos, além da escola técnica de capacitação profissional aos novos contratados. A Revista Light cumpre o papel de evidenciar exaustivamente as práticas sociais promovidas pela empresa. Aliás, segundo Amaral, este papel do periódico é essencial para que o espírito corporativista seja o componente da vida operária na Light; sem a sua influência, os trabalhadores ficariam “reduzidos ao círculo estéril da sua acanhada vida individual” (Revista Light, 05/1936, p. 17). O departamento de publicidade e a Revista Light seria, nas palavras do autor, um sistema nervoso “que pôs em contato, uma com as outras, perto de vinte mil almas” (Revista Light, 05/1936, p. 17).

A presença do exército, especialmente o Centro Militar de Educação Física, em palestras e no treinamento do Clube de Escotismo da Light, foi frequentemente detalhada na Revista ao longo de suas edições. Em dezembro de 1935, o capitão Ignácio Rollim, diretor técnico do Centro Militar e personagem constante na Cidade Light, discursa em uma conferência no refeitório para os operários, em homenagem ao dia da Bandeira. Em seu discurso, os operários brasileiros seriam os mais inteligentes do mundo, pois era parte do espírito nacional desde os tempos coloniais, como por exemplo, na figura do indígena. Este, mesmo “ordinariamente analfabeto”, conduziram uma pequena embarcação no meio do Amazonas, à frente de “qualquer timoneiro do norte”, já que tinham capacidade de “discernir e compreender a linguagem do rio, da selva e da fauna aquática” (Revista Light, 12/ 1935, p. 12). Os “mestiços analfabetos” dos engenhos de açúcar também são dignos de exemplo; conseguiram organizar e controlar as instalações das máquinas melhor que os estrangeiros. Para o capitão Ignácio Rollim, a inteligência estaria no espírito das classes laboriosas brasileiras, era da natureza do povo trabalhador brasileiro e precisava ser enaltecida (Revista Light, 12/ 1935, p. 12-13).

A força estratégica do conceito de pátria na diminuição das diferenças é fundamental, como aponta Eliana de Freitas Dutra. O patriotismo e o nacionalismo despertariam sentimentos poderosos já que contribuiriam para o desaparecimento das diferenças entre o público e o privado; a insegurança devido à ausência do privado colocaria o espaço público da nação como única possibilidade de proteção e segurança imaginárias (DUTRA, 2012, p. 40). Essa insegurança explicaria a potencialização dos sentimentos e a identificação da pátria como uma consciência de valores coletivos com uma forte carga emotiva (CAPELATO, 2009, p. 263). Além da aproximação de elementos patrióticos, Ignácio Rollim também afirmava as semelhanças de um soldado com um operário, afinal, são parte de um mesmo organismo na construção da pátria. Nesse sentido, a missão nacionalista tinha um papel apelativo fundamental, já que ela empreenderia o espírito de colaboração entre os operários:

O organismo humano é a máquina mais perfeita e que o seu funcionamento é a resultante da colaboração solidária de todos seus órgãos, sendo suficiente um deles estar em más condições para que o reflexo se dê por todo o organismo. Na busca desta colaboração solidária de todas as partes do nosso organismo, obtemos também o relevo da plástica, agilidade do corpo, a fidalguia da expressão, a regularidade de gestos, a firmeza das atitudes e o espírito de cooperação. (Revista Light, 12/ 1935, p. 12-13)

O discurso do capitão Ignácio Rollim contém princípios fundamentais do corporativismo: a aproximação de grupos sociais – soldados e operários – e das classes sociais desiguais; a representação de um corpo orgânico que traduz a unidade como um discurso anti-individualista e o princípio da cooperação de um corpo militarizado e disciplinado (PINTO, 2016, p. 33). Esse corpo orgânico, que precisa se manter unido e amparado pela colaboração solidária dos trabalhadores, é um resquício de um determinado pensamento sociológico científico do final do

século XIX, embora com intensas críticas dentro da Sociologia do período. Como aponta Daniela Barberis, existia um esforço profundo em compreender a sociedade com leis semelhantes ou iguais as da natureza; a analogia funcionaria como uma ferramenta para encarar a sociedade dentro de um conjunto de leis naturais, que seguiriam o processo de evolução comum a todos os seres vivos. Nesse sentido, os indivíduos pouco poderiam fazer a não ser compreender essas leis orgânicas como inalteráveis e se adaptarem (BARBERIS, 2004, p. 133).

Tanto no discurso do capitão Rollim aos operários, quanto nos artigos analisados, a valorização do trabalho e da cooperação passam como componentes da ordem e do dever inato do trabalhador. Características militares como obediência, disciplina e a hierarquia tecem os discursos dos mais variados personagens escolhidos para as páginas da Revista Light. Além dessas virtudes, a honra e o dever, atributos que o exército reforça aos próprios militares, são também aos trabalhadores, um modelo a ser seguido (DUTRA, 2012, p. 215-216).

Uma das ameaças mais claras à realidade brasileira, segundo a revista é o comunismo. Em 1936, dentro de um contexto nacional marcado pela forte mobilização política contra o comunismo, a Revista Light apresenta abertamente sua opinião sobre a questão. Segundo os estudos de Eliane de Freitas Dutra, sobre a construção do comunismo como o antagonico, há a princípio a necessidade de uma simbologia entre o bem e o mal; um sistema de valores estruturados em forças afetivas que crie no imaginário social a oposição. O outro “é o inimigo e são necessários atos de imagem para figurá-lo” (DUTRA, 2012, p. 41). A figura do comunista aparece construída e materializada dentro do campo político como a encarnação do mal (DUTRA, 2012, p. 41). O imaginário do inimigo ajudaria a criar a unidade, neste caso dos trabalhadores em torno da nacionalidade, mas também criaria laços para combater o mal. Patto de Sá Motta aponta que a demonização do comunismo foi muito mais recorrente e explícita na década de 1930 do que nos anos posteriores (MOTTA, 2002, p. 75). O comunismo também, neste sentido, representaria o mal como categoria contrária a moral cristã; o mal em suas ações levaria inevitavelmente ao pecado e ao crime, valores contrários “à boa sociedade” (MOTTA, 2002, p. 89).

O texto intitulado “Cúmplices do Comunismo”, de fevereiro de 1936, escrito com letras espaçadas e grandes, entre as páginas analisadas, é um dos mais diretos e claramente posicionados. Para a revista, o passado do Brasil facilitava a entrada de ideias políticas que pregavam o extermínio civilizacional; essas ideias fabricadas em laboratórios estrangeiros encontrariam aqui uma facilidade de propagação já que a psicologia aventureira do povo brasileiro, marcado por ondas imigratórias “marcaram uma espécie de inconsistência espiritual”. Além disso, a educação estreitamente individualista das gerações mais recentes seria facilmente “alarmada por uma comunicação sobre o fim do mundo”. O comunismo colocaria especialmente a América Latina em risco, pois ainda estaríamos atrasados historicamente em relação ao mundo

industrializado e desenvolvido, por isso, aqui seria um campo fértil para a experimentação e propagação de seus ideais obscuros:

Os países sul americanos, em débito ainda com a civilização, com o progresso e com a cultura histórica, tem servido de campo experimental por excelência a atuação prática e política desse credo de extermínio da civilização. (...) Os povos latino americanos são, mais que quaisquer outros, povos sugestionáveis e imitativos (Revista Light, 02/1936, p. 17).

Uma certa infantilização do povo brasileiro em sua formação no tempo histórico, já que estaríamos ainda em um estágio anterior ao considerado como progresso; uma perspectiva histórica positivista do tempo, ao colocar o Brasil e a América do Sul ainda em um processo pré-civilizatório. Essas características marcariam a nossa fragilidade como nação e apresentariam o comunismo como um inimigo externo, um invasor fora da natureza nacional, como aponta Getúlio Vargas no mesmo ano, semanas depois da chamada revolta comunista:

Forças do mal e do ódio campearam sobre a nacionalidade, ensombrando o espírito amável da nossa terra e da nossa gente. (...) Os fatos não permitem mais duvidar do perigo que nos ameaça. Felizmente, a Nação sentiu esse perigo e reagiu com todas as suas reservas de energias sãs e construtoras. (VARGAS apud DUTRA, 2012, p. 45)

A concepção do comunismo como ideia exótica se manifestaria como um agente patológico que infectaria o organismo da nacionalidade brasileira, foi parte da construção do imaginário anticomunista do período (MOTTA, 2002, p. 81). Assim, a revista apresenta o comunismo como uma falsa luta; por trás de uma guerra contra o capitalismo, se esconde a revolução comunista que busca em sua essência promover a destruição da solidariedade, do trabalho e da própria humanidade:

A luta do comunismo não é contra o capital, mas contra a estrutura orgânica e fundamental de toda a sociedade moderna.(...)  
O furor materialista desse complô brutal, sistematizado em doutrina, volta-se pois, contra a humanidade, naquilo que ela possui de potencial criador, a que devemos dentro da vida organizadora, o valor, o trabalho e a prosperidade racional dos homens  
É uma revolta contra o espírito e uma insurreição contra a história e as leis naturais por cuja obediência conquistamos o mundo em que existimos senão perfeito, mas em busca da perfeição (Revista Light, 02/1936, p. 17).

Em um contexto global, a revista compreende que há uma crise proveniente da Primeira Guerra e que marcou um desencanto da geração após esse conflito “encontrou-se sem rumo e sem ideias novas capazes de corrigir o mal-estar existente e traçar outro destino para o mundo”. A saída para atenuar a propagação do comunismo até uma certa maturidade

histórica dos povos ainda não civilizados seria a resistência de governos fortes; a imprensa que lutaria contra o sensacionalismo e preservaria a pureza dos povos, uma espécie de via educadora que conduziria à maturidade histórica. A união entre governo e imprensa formaria um antídoto à promessa de paraíso artificial, que fisgaria a natureza ingênua dos povos latinos, especialmente o brasileiro:

Identificar o governo e a imprensa na compreensão dos males atuais e na previsão atilada dos futuros males, é o que de melhor poderíamos fazer, todos que manejamos uma pena, para combater o comunismo; destruindo com a razão e a inteligência a promessa dos seus paraísos artificiais e quebrando de vez os falsos ídolos; (...) Se fugirmos a esse dever, é melhor não usarmos de evasivas, nem nos confiarmos a providência insinceramente invocadas; a política e a imprensa são cúmplices do comunismo? (Revista Light, 02/1936, p. 17)

Caberia também à revista o papel de antagonizar com as forças consideradas perigosas ao povo e especialmente aos trabalhadores da empresa; ela se apresenta declaradamente como uma ferramenta política de persuasão ao operariado.

O texto “Pode haver chefes maus?” de Annibal Bonfim, da edição de novembro de 1933, demonstra que o discurso harmônico é comum alguns anos antes do enrijecimento do Estado. Bonfim, que foi chefe consultivo do IDORT (Instituto de Organização Racional do Trabalho) na década de 1950, argumenta que uma empresa bem dirigida como a Light, jamais teria um chefe com más intenções, apesar das muitas acusações feitas pelos trabalhadores. Isso se daria, segundo Bonfim, pela falta de boa vontade e disposição de espírito dos subordinados. O operário deve-se considerar um colaborador e não apenas um simples ganhador de seu ordenado. O espírito colaborador deve partir da solidariedade do chefe, mas com equilíbrio, pois “muitas vezes são obrigados a sacrificar o ímpeto da bondade, quando a insubordinação ou a negligência ameaça a boa ordem dos serviços” (Revista Light, 11/1933, p. 17). Os excessos por ele cometidos são devido à falta de consciência corporativa dos operários; é necessário a consciência do papel coletivo que o trabalhador deve desempenhar dentro da hierarquia da empresa.

Alguns anos depois, em janeiro de 1938, Annibal Bonfim, que era também subchefe do Departamento de Publicidade da Light, publica outro artigo intitulado “Coleguismo”. O autor apontou o que considerava um erro no emprego do termo, por apenas ser praticado por membros de uma mesma classe social. A solidariedade entre os indivíduos da mesma classe, segundo Bonfim, levaria normalmente à proteção dos maus indivíduos:

Na escola o coleguismo se patenteia, normalmente, no fornecimento de ‘cola’ a um vadio, na mentira ao mestre para justificar um faltoso (...) Nos grandes agrupamentos de trabalho as demonstrações dessa mesma interpretação errônea de coleguismo são ainda mais perniciosas. As vezes tomam a forma de resistência ou oposição a um

chefe que se viu obrigado a punir um funcionário que errou; outras vezes o exagero vai ao ponto de ser declarada uma greve em desagravo a um colega que a grande maioria não conhece e por um caso cujas circunstâncias são ignoradas pelos grevistas. (Revista Light, 01/1938, p. 8)

As diferenças entre os subordinados e os chefes seriam por conta desse falso coleguismo, pois protegeria os maus operários; até mesmo os movimentos grevistas poderiam ser originários dessa falta de solidariedade para além das classes sociais. A resistência dos operários às ordens de um chefe, ou a participação nas greves, são apontadas como equívocos de uma solidariedade horizontal. Em seu lugar deveria ser praticada uma solidariedade vertical, não só desejável, mas obrigatória para o bom andamento do trabalho. Nesse sentido, Annibal Bonfim compreendia que a Light cumpria o coleguismo correto ao estreitar os laços entre os diferentes grupos na hierarquia. Para o autor, quando a Light premiava ou homenageava seus trabalhadores pelos muitos anos de dedicação, ela gerava justamente o coleguismo construtivo. Como no caso do assistente de almoxarifado geral Nils Adolph Kjaer, que completara em 1933 trinta anos de trabalho na Light. O trabalhador de origem dinamarquesa, que começou a trabalhar na Light em 1892 como fiscal de bilhetes e recebimento de passagens, ganhou uma homenagem de seus chefes e uma pequena biografia especial na edição de agosto daquele ano. Segundo a Revista, o veterano Sr. Adolph seria um exemplo “belíssimo que merece o nosso respeito e a nossa admiração” já que atingira as três virtudes do trabalhador ideal: honestidade, rapidez e principalmente cooperação, afinal, “pela harmonia como sempre colaborou com os demais chefes e empregados” (Revista Light, 08/1933, p. 18).

Nessa linha, outro texto intitulado “Homem músculo e homem cérebro”, de novembro de 1933, de autoria da própria revista, evidencia sua perspectiva das relações corporativistas dentro da empresa. Em sua análise, o homem passou por um processo evolutivo que deixou de ser sua própria máquina perfeita baseada estritamente no corpo como fonte vital do trabalho: “hoje, ao contrário do que foi nos primórdios da civilização, pede-se ao operário o máximo de cérebro e o mínimo de músculo” (Revista Light, 11/1933, p. 18). Essa capacidade pensante adquirida pelo o trabalhador moderno, segundo a revista, pode refletir em um excesso de individualismo. As grandes indústrias têm a função de disciplinar os esforços e as energias individuais. Mais uma vez a comparação com a organização militar surge como modelo a ser seguido pelos trabalhadores:

Assim como os homens arregimentam em exércitos para destruir e esses exércitos obedecem a generais, capitães e sargentos, assim para o trabalho criador e construtivo, tem os homens de agremiar-se em núcleos de trabalho que são as fábricas e as usinas. Há aí também comandantes, oficiais, sub-oficiais e soldados, ligados pelo espírito da disciplina... (Revista Light, 11/1933, p. 18).

Para estimular a própria consciência coletiva e disciplinadora do operário, a empresa procura tratá-lo como um ser pensante, com vontades e que necessita de bem-estar no cotidiano fabril. Na mesma medida que a revista constrói o discurso corporativista de enaltecimento do coletivo em detrimento ao individual, na expectativa que o trabalhador compreenda sua função orgânica, ela desenvolve em suas páginas os direitos e benefícios adquiridos pelos seus empregados; uma relação de troca entre capital e trabalho. A revista ao ressaltar a valorização do trabalho e do trabalhador, a importância da harmonização das classes sociais – chefes e empregados – principalmente o incentivo à socialização e, por fim, o respeito à hierarquia como princípio socialmente natural, manifesta a construção da ética ideal do seu empregado. Alinha-se às propostas corporativistas do Estado em relação à importância da questão social como elemento central do seu discurso.

A Edição de maio de 1932 talvez seja a mais emblemática em nossa análise. Sua capa é um fundo amarelo e no centro em verde escrito “Ordem e Progresso”. Ela se configura após três tentativas de greve entre os operários da Light e, conseqüentemente, dedica-se integralmente em tentar descaracterizar os grevistas, considerados alguns poucos “desordeiros” e “agitadores” inspirados “por elementos estranhos”. O objetivo da revista, como aponta seu o editorial, é esclarecer que a maioria dos empregados esteve fora dessas tentativas devido ao “espírito de estreita cooperação entre os diretores da Companhia e o pessoal, que tantos benefícios trouxe a todos” (Revista Light, 05/1932, p. 8). O número de maio faz uma série de seleções e recortes de vários jornais do Brasil contrários a greve e organiza criteriosamente suas partes na formatação de uma perspectiva semelhante ao posicionamento da revista. A solidariedade, a harmonia e o mutualismo se fazem presentes como elementos estruturais do discurso ao longo da edição. Seriam esses pontos, enaltecidos e constantemente evidenciados, que deveriam ser a base do trabalho, afastando-se da luta entre as classes:

Há, entretanto, uma significação maior nessa atitude da maioria: é a repulsa franca, decidida a todo e qualquer espírito de luta dentro da nossa classe.

Temos a felicidade de poder aproveitar a experiência de outros povos e, hoje, não mais precisamos lutar e sofrer como eles para a defesa de reivindicações idênticas. A conquista maior, que custou anos e anos de sofrimentos aos trabalhadores de outros países, os Conselhos de Conciliação e Arbitragem, esses já temos em nossas leis e em efetiva realização. E obtivemos-os sem violência! E assim deve suceder naturalmente. (Revista Light, 05/1932, p. 9)

A separação entre o ideal de trabalhador, aquele que promove o bem-estar social, ordenado e alinhado ao sacrifício individual para o coletivo, e o não trabalhador, que não representa nem o operariado, nem o país, desalinhado com a ordem estabelecida, é a estrutura discursiva dessa edição da revista.

O texto “Cooperação” de Assis Chateaubriand, retrata o operário que defende seus postos de trabalho e os serviços necessários para toda a cidade, assim como os soldados das organizações militares:

A cidade do Rio de Janeiro deve olhar de hoje em diante cada um motorneiro, cada um condutor, cada um eletricista da grande empresa canadense como um soldado, que soube ficar no seu posto de honra, na hora do perigo. Ninguém desertou do cumprimento do seu dever. Se o Rio não teve a sua circulação interrompida, se pudemos continuar a ter luz nas nossas casas, força nas nossas oficinas, gás nas nossas cozinhas, devemos-los ao espírito de cooperação desses trabalhadores com os seus patrões e a sua cidade. (Revista Light, 05/1932, p. 50)

Segundo Chateaubriand, as tentativas de greve fracassaram não somente pela ação policial, mas especialmente, pelos operários da empresa que se mostraram firmes no espírito solidário e fiéis aos seus deveres. Encontramos pela primeira vez desde 1928, ano do início da Revista Light, o ideário de harmonia entre as classes, que será amplamente apresentado no Estado Novo e pelo próprio periódico.

O Sindicato dos Empregados da Light e Companhia Associadas, representado por mais de quatro mil associados, se posiciona contrário a paralização dos operários. O sindicato possuía a autorização tanto do Estado quanto da empresa para representar todos os trabalhadores, ou seja, era um componente discursivo presente na Revista Light, utilizado para deslegitimar as ações políticas autônomas. Segundo a revista, os dirigentes do sindicato foram recebidos por Lindolfo Collor, ministro do trabalho e apresentaram veementemente um manifesto de indignação com os grevistas, chamados pelo sindicato de “agitadores violentos”:

2º - O Sindicato dos Empregados da Light e Companhias Associadas, formado para defender os legítimos interesses dos seus associados, vê, atualmente, o sagrado direito da liberdade individual ameaçado, não pela classe patronal, mas por um grupinho imbuído de ideias comunistas mal disfarçadas, o qual, por meio de confusão, pretende implantar tais ideias nos seus companheiros de trabalho, em gravíssimo prejuízo para todos os empregados ordeiros da Light e para a população em geral. (Revista Light, 05/1932, p. 51)

O sindicato termina por defender o direito do trabalho e a punição de quem paralisou e atrapalhou os cidadãos e os verdadeiros trabalhadores ordeiros. Ou seja, o discurso da harmonia está consolidado juntamente com o controle do sindicato tutelado e legitimado pelo Estado e pela empresa.

As extensas e constantes abordagens sobre as tentativas de greve de maio de 1932 no Rio de Janeiro, assim como os demais textos da Revista Light analisados, apontam o esforço do periódico na construção do imaginário harmônico entre as classes sociais. Entretanto, elementos como a valorização da solidariedade, da cooperação, do sacrifício e da compreensão do operário dentro da hierarquia produtiva da empresa, em consonância com elementos do corporativismo

brasileiro, revelam também seu contexto autoritário, sobretudo em relação aos que buscassem se opor, os chamados “desordeiros” e “agitadores”. Apesar do fortalecimento e da consolidação do Estado de Vargas, as lutas sociais aumentaram e novas organizações foram criadas, especialmente até 1935 (VIANNA, p. 481). Para Vargas, assim como também para a Revista Light, a proposta da harmonia social deveria ser imposta pelo Estado com o apoio do empresariado. Como apontou Marly Vianna, o desejo era a paz social, a concordância entre as classes, que deveria ser liderada pelo Estado também por meio dos interlocutores, mas também “cooptando ou suprimindo com brutalidade os subalternos que não se submetessem as benesses do ‘Pai dos Pobres’.” (MARLY VIANNA, p. 478-479)

## **Conclusão**

A construção discursiva da Revista Light, em alguns textos analisados no presente artigo, poderia ser compreendida apenas como um processo de domesticação do trabalhador; uma medida de controle e imposição. Estado e a empresa Light são os poderes atuantes que parecem deter o domínio do discurso que apreenderiam o trabalhador na lógica do comportamento determinado que lhes convém, formando assim, o protótipo do trabalhador ideal, vinculado essencialmente com a produção fabril. Entretanto, é importante ressaltar que o processo não foi linear e simétrico; era necessário o esclarecimento e convencimento dos trabalhadores, os receptores, para que as intenções no discurso se concretizassem. A presença de intelectuais na revista, neste sentido, como autorizados em serem os intermediadores do Estado, encarregados de orientar a formação moral do trabalhador, são fundamentais nesta relação de persuasão.

A edificação do pensamento nas publicações é feita com muito cuidado, entendendo que seu leitor é, sobretudo, o seu trabalhador; as charges, os recortes, as colunas são meticulosamente ordenadas, na tentativa de aparar as possíveis interpretações destoantes ou individuais; o desdobramento conforme a revista expõe suas camadas, nos confirma as características de formulação, seus desígnios e propósitos.

O relato do vereador Jansen Muller que visita a Cidade Light em janeiro de 1936 junto com uma comissão de políticos cariocas, expressa a importância da valorização do trabalhador pela empresa:

Contava encontrar o que encontrei: Ordem, disciplina e interesse pelo operário brasileiro que tem, é verdade, prestado todo o concurso bom de seu trabalho, mas que, também, tem sido compreendido pelos seus dirigentes, que os consideram amigos e colaboradores. (Revista Light, 01/1936, p. 30)

Era fundamental compreender e acessar os trabalhadores para convencê-los de seus anseios harmônicos e dissuadi-los da luta de classes. A Light, por meio de sua revista, trabalha

num processo de negociação e cooptação: arquiteta seu discurso com base na harmonia e na solidariedade, o corporativismo, na busca de anular as vontades individuais e, conseqüentemente, a identificação do trabalhador como antagonico a empresa; mas também com a intensa e frequente exposição dos benefícios do trabalhador, o periódico trabalha num compromisso em elucidar seus direitos e benefícios e com isso, convencê-los das vantagens sociais adquiridas.

### Fonte primária

Revista Light (1928-1940) Acervo da Fundação Energia e Saneamento. Núcleo de Documentação e Pesquisa de São Paulo (NDP).

### Referências bibliográficas

- AMARAL, Azevedo **O Estado autoritário e a realidade nacional**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1938.
- ARAUJO, Ângela Maria Carneiro. **A construção do consentimento: corporativismo e trabalhadores no Brasil dos anos 30**. 1994, tese de doutorado. Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP.
- BARBERIS, Daniela S. O organismo como modelo para a sociedade: a emergência e a queda da sociologia organicista na França do fin-de-siècle. In: MARTINS, R. A.; MARTINS, L. A. C. P.; SILVA, C. C.; FERREIRA, J. M. H. (eds.). **Filosofia e história da ciência no Cone Sul: 3o Encontro**. Campinas: AFHIC, 2004. Pp. 131-136.
- BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. **Desenvolvimentismo, economia e sociedade na Era Vargas**. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo, Unesp, 2012.
- CAPELATO, Maria Helena. **Multidões em cena**, propaganda política no varguismo e no peronismo. São Paulo, Editora Unesp, 2<sup>a</sup> Edição, 2009.
- CARONE, Edgar. **A República Velha**. Instituições e classes sociais. Difusão Europeia: São Paulo, 1970.
- DUTRA, Eliana Regina de Freitas. **O ardil totalitário: imaginário político no Brasil dos anos de 1930 / Eliana de Freitas Dutra**. – 2. ed. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.
- GARRIDO, Álvaro. O corporativismo na História e nas Ciências Sociais – uma reflexão crítica partindo do caso português. **Revista Estudos Ibero-Americanos** (Porto Alegre), v. 42, n. 2, p. 387-408, 2016.
- GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Editora FGV, 2005.
- GOMES, Ângela de Castro. **Autoritarismo e corporativismo no Brasil: o legado de Vargas**. In: BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade**. São Paulo, Unesp, 2012.
- GOMES, Ângela de Castro. **História e historiadores**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- GOMES, Ângela de Castro. Azevedo Amaral e o século do corporativismo, de Michael Manoilescu, no Brasil da Era Vargas. **Sociol. Antropol.** [online]. 2012, vol.2, n.4, pp.185-209.
- LOBO, Valéria M. Corporativismo à brasileira: entre o autoritarismo e a democracia. **Revista Estudos Ibero-Americanos** (Porto Alegre), v. 42, n. 2, p. 527-552, 2016.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o "perigo vermelho": O anticomunismo no Brasil (1917-1964)**, São Paulo, Perspectiva/FAPESP, 2002
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso e procedimentos**. 8. Ed. Campinas: Pontes, 2009.
- PINTO, Antônio Costa. **"Corporativismo, ditaduras e representação política autoritária"**. In: PINTO, Antônio Costa e MARTINHO, Francisco Palomanes. **"A onda corporativa: Corporativismo e ditaduras na Europa e na América Latina**. FGV Editora, 1<sup>a</sup> Ed, 2016.
- PINTO, Antônio Costa. O corporativismo nas ditaduras da época do fascismo. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 30, n. 52, jan.-abr. 2014.

- TOLEDO, Edilene T. Um ano extraordinário: greves, revoltas e circulação de ideias no Brasil em 1917. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 30, no 61, p. 497-518, maio-agosto 2017.
- VARGAS, Getúlio. **A nova política do Brasil. O Brasil na Guerra: 1º de maio de 1943 a 24 de maio de 1944**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1944. v. 10.
- VELLOSO, Monica Pimenta. **“Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo”**. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. “O Brasil Republicano – vol. 2”. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- VIANA, Marly. Contra o liberalismo e o comunismo: uma democracia autoritária. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol 33, nº 71, p.469-488, Setembro-Dezembro 2020.
- VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. **A representação profissional na Constituição de 1934 e as origens do corporativismo no Brasil**. In: PINTO, António Costa. MARTINHO, Francisco Palomanes. (orgs). A onda corporativa: corporativismo e ditaduras na Europa e na América Latina. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

Artigo recebido em 10/08/2020 e  
aprovado para publicação em 20/11/2020